

GISELA GONDIN RAMOS

ESTATUTO DA ADVOCACIA
COMENTÁRIOS E JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

7ª edição revista e atualizada

Belo Horizonte



2017

© Gisela Gondin Ramos
 1ª edição OAB/SC
 1999 2ª edição OAB/SC
 2001 3ª edição OAB/SC
 2004 4ª edição OAB/SC
 2009 5ª edição Forense
 2013 6ª edição revista e ampliada Editora Fórum Ltda.
 © 2017 7ª edição revista e atualizada Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoratorum@editoraforum.com.br

R 175e Ramos, Gisela Gondin

Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada / Gisela Gondin Ramos. – 7ª edição revista e atualizada. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

811 p.

ISBN 978-85-450-0170-6

1. Advocacia. 2. Ética jurídica. I. Título.

CDD: 347.052

CDU: 347.965.4

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RAMOS, Gisela Gondin. *Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada*. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 811 p. ISBN 978-85-450-0170-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 7ª. EDIÇÃO	
Claudio Lamachia	17
PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO	
Marcus Vinicius Furtado Coêlho	19
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	
Roberto Busato	21
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO	
Rubens Approbato Machado	23
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Reginaldo Oscar de Castro	25

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB
LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

TÍTULO I – DA ADVOCACIA
CAPÍTULO I – DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA

Artigo 1º	27
COMENTÁRIOS	27
História da advocacia	27
O <i>jus postulandi</i> na Justiça do Trabalho	29
O <i>jus postulandi</i> nos Juizados Especiais	31
Os Juizados Especiais Federais e o <i>jus postulandi</i>	33
O julgamento das ADIs sobre os dispositivos do Estatuto	34
Atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas	34
Impetração de <i>habeas corpus</i>	35
Vistos em atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas	35
Intervenção em escrituras públicas (inventários, partilhas, separações e divórcios)	35
Publicidade da advocacia	36
Divulgação pela <i>internet</i>	38
JURISPRUDÊNCIA OAB	40
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	45
Artigo 2º	51
COMENTÁRIOS	51
A advocacia como <i>munus</i> público	51
A administração da Justiça	52
A indispensabilidade do advogado	53
Inviolabilidade do advogado	53
JURISPRUDÊNCIA OAB	54
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	56
Artigo 3º	73
COMENTÁRIOS	73
Inscrição na OAB – requisito para o exercício da advocacia	73

Advocacia pública	73
Estagiário	74
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	75
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	76
Artigo 4º.....	83
COMENTÁRIOS	83
Exercício ilegal da profissão – nulidade dos atos praticados.....	83
Advogados impedidos ou incompatibilizados.....	83
Advogados suspensos ou licenciados	84
Independência das jurisdições.....	84
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	84
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	85
Artigo 5º.....	91
COMENTÁRIOS	91
O mandato judicial	91
Renúncia ao mandato.....	92
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	92
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	97

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS DO ADVOGADO

Artigo 6º.....	109
COMENTÁRIOS	112
Direitos e prerrogativas dos advogados.....	112
A dignidade da advocacia.....	113
A liberdade e a independência do advogado.....	113
Liberdade de exercício da profissão de advogado (inc. I).....	113
Inviolabilidade (inc. II).....	113
A comunicação reservada com clientes (inc. III).....	114
Prisão do advogado (incs. IV e V).....	114
Liberdade de acesso (VI, VII, XII, XX)	115
Contatos pessoais com magistrados (inc. VIII)	116
Uso da palavra (IX, X e XI).....	116
Imunidade profissional – liberdade de expressão (§2º).....	118
Exame de documentos – vista de processos (XIII, XIV, XV, XVI).....	121
STF: Uma decisão histórica	123
Desagravo público.....	140
Símbolos privativos (inc. XVIII)	143
Depoimento como testemunha – sigilo profissional (inc. XIX).....	143
As alterações promovidas pela Lei nº 11.767/2008 (DOU de 08.08.2008 - Seção 1, p. 1)	144
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	150
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	155

CAPÍTULO III – DA INSCRIÇÃO

Artigo 8º.....	175
COMENTÁRIOS	175
Requisitos necessários à inscrição.....	175
O Exame de Ordem.....	180
A constitucionalidade do Exame de Ordem	182
A decisão do Supremo Tribunal Federal.....	197

O Exame de Ordem e a comprovação do domicílio.....	210
Inscrição do advogado estrangeiro.....	212
Consultores em direito estrangeiro.....	212
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	213
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	222
Artigo 9º.....	229
COMENTÁRIOS.....	229
Estágio profissional – conceito e requisitos.....	229
Local da inscrição.....	229
Duração do estágio.....	230
Desde quando pode ser deferida a inscrição de estagiário.....	230
Convênios com instituições de ensino.....	230
Credenciamento de escritórios de advocacia.....	230
Requisitos necessários ao credenciamento junto à OAB.....	230
Estágio por bacharel em direito.....	231
Atos que podem ser praticados pelo estagiário.....	231
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	236
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	244
Artigo 10.....	251
COMENTÁRIOS.....	251
Inscrição principal.....	251
Domicílio.....	251
Inscrição suplementar.....	252
Transferência.....	254
Vício ou ilegalidade na inscrição principal.....	254
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	255
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	265
Artigo 11.....	275
COMENTÁRIOS.....	275
Cancelamento da inscrição.....	275
Hipóteses de cancelamento relacionadas pelo art. 11.....	275
Hipóteses não elencadas expressamente no art. 11.....	276
Reabilitação e nova inscrição.....	277
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	277
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	282
Artigo 12.....	289
COMENTÁRIOS.....	289
Licença.....	289
Hipóteses de licenciamento.....	289
Representação da Advocacia no CNJ e no CNMP.....	290
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	290
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	294
Artigos 13 e 14.....	299
COMENTÁRIOS.....	299
Documento de identidade profissional.....	299
Indicação do registro na OAB.....	299
Divulgação da atividade profissional da advocacia.....	300
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	300
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	301

CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Artigos 15 a 17	305
COMENTÁRIOS	306
Advocacia em sociedade	306
Natureza jurídica	307
Tipos societários.....	308
A Sociedade Unipessoal	309
Constituição e registro	310
Denominação.....	310
Responsabilidades.....	311
Objeto – prestação de serviços de advocacia.....	312
Incompatibilidade ou impedimento de sócio.....	313
Filiais.....	319
Questões éticas e disciplinares	320
Contrato de associação.....	320
Associação entre Sociedades.....	322
Certidões.....	322
Sociedades de consultores estrangeiros	322
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	323
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	331

CAPÍTULO V – DO ADVOGADO EMPREGADO

Artigos 18 e 19	345
COMENTÁRIOS	345
Advogado – relação de emprego e relação de patrocínio.....	345
A subordinação jurídica do advogado empregado.....	346
Deveres do advogado sujeito à relação de emprego.....	347
Interesses pessoais do empregador.....	348
Advocacia de partido.....	348
Advocacia pública	348
Salário mínimo profissional	349
O advogado empregado antes e depois do Estatuto.....	350
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	350
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	352
Artigos 20 e 21.	359
COMENTÁRIOS	359
A jornada de trabalho fixada pelo Estatuto – sua aplicação imediata aos contratos em curso.....	359
Natureza do contrato de trabalho.....	361
A questão do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.....	363
Do ato jurídico perfeito.....	363
Do direito adquirido	364
A questão da dedicação exclusiva.....	366
As impropriedades do Regulamento Geral.....	368
Honorários.....	372
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	372
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	374

CAPÍTULO VI – DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Artigos 22 a 26	387
COMENTÁRIOS	388
Honorários.....	388
Classificação	389
Pacto de <i>quota litis</i>	391
Honorários advocatícios e assistência judiciária gratuita.....	394
Contratos de honorários. Impossibilidade de revisão pela via de ação civil pública.....	400
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	407
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	411

CAPÍTULO VII – DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Artigos 27 e 28	429
COMENTÁRIOS	429
Restrições	429
Os casos de incompatibilidade	430
Poder Executivo	431
Mesa do Poder Legislativo.....	431
Funções de julgamento	431
Ocupantes de cargos ou funções de direção.....	432
Serviços notariais e de registro e ocupantes de cargos ou funções vinculados ao Poder Judiciário	432
Vinculados à atividade policial	432
Militares	433
Atividades tributárias	433
Ocupantes de funções de direção em instituições financeiras.....	433
Poder de decisão relevante – conceito	434
Desvinculação temporária.....	434
A incompatibilidade dos servidores do Ministério Público.....	434
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	441
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	452
Artigo 29.....	459
COMENTÁRIOS	459
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	463
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	466

Artigo 30.....	467
COMENTÁRIOS	467
Impedimento	467
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	470
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	482

CAPÍTULO VIII – DA ÉTICA DO ADVOGADO

Artigos 31 a 33	487
COMENTÁRIOS	487
Ética	487
Respeito profissional e prestígio da classe.....	487
Independência.....	488
Relacionamento com magistrados e autoridades	489

Responsabilidade.....	490
Código de Ética e Disciplina de 1995.....	491
O Novo Código de Ética e Disciplina (2015).....	491
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	492
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	499

CAPÍTULO IX – Das Infrações e Sanções Disciplinares

Artigo 34.....	503
COMENTÁRIOS.....	504
Infrações disciplinares.....	504
I – Exercício ilegal da profissão.....	504
II – Sociedade irregular.....	504
III – Utilizar agenciador de causas.....	505
IV – Captação de causas.....	505
V – Falsa autoria.....	505
VI – Advocacia contra literal disposição de lei.....	505
VII – Sigilo profissional.....	506
VIII – Entendimento com parte adversa.....	508
IX – Prejuízo ao cliente.....	509
X – Provocar nulidade em processo.....	509
XI – Abandono de causa.....	509
XII – Recusa à assistência jurídica.....	510
XIII – Publicidade na imprensa.....	511
XIV – Deturpação de textos legais, doutrinários, jurisprudenciais e documentos.....	511
XV – Imputação de fato criminoso.....	511
XVI – Descumprimento de determinação da OAB.....	512
XVII – Prestar concurso à realização de ato ilegal.....	512
XVIII – Aplicação ilícita de importâncias recebidas.....	513
XIX – Recebimento de valores da parte contrária.....	513
XX – Locupletamento.....	513
XXI – Recusar prestação de contas.....	514
XXII – Retenção abusiva ou extravio de autos.....	514
XXIII – Inadimplência junto à OAB.....	515
XXIV – Inépcia profissional.....	515
XXV – Conduta incompatível com a advocacia.....	516
XXVI – Falsa prova para inscrição na OAB.....	516
XXVII – Inidoneidade moral.....	516
XXVIII – Prática de crime infamante.....	519
XXIX – Prática irregular por estagiário.....	519
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	519
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	568
Artigos 35 a 43.....	579
COMENTÁRIOS.....	580
O poder disciplinar da OAB – história – fundamentos – natureza.....	580
Sanções disciplinares.....	583
Circunstâncias atenuantes.....	585
Circunstâncias agravantes.....	586
Publicidade das sanções disciplinares.....	586
Prescrição.....	586
Reabilitação.....	587
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	589
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	595

TÍTULO II – DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CAPÍTULO I – DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO

Artigos 44 e 45	601
COMENTÁRIOS	602
História da criação da OAB.....	602
I – Introdução	602
II – O Instituto dos Advogados Brasileiros.....	602
III – A criação da Ordem dos Advogados do Brasil	603
A expressão “ordem”	607
Natureza jurídica da OAB.....	608
Finalidades institucionais.....	611
Finalidades corporativas.....	611
Independência da OAB.....	611
Órgãos da OAB	611
JURISPRUDÊNCIA OAB	613
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	614
Artigos 46 e 47	621
COMENTÁRIOS	621
Valores cobrados pela Ordem.....	621
Isenção de pagamento da contribuição sindical	621
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	622
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	625
Artigos 48	631
COMENTÁRIOS	631
JURISPRUDÊNCIA OAB	632
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	634
Artigo 49.....	637
COMENTÁRIOS	637
JURISPRUDÊNCIA OAB	638
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	639

CAPÍTULO II – DO CONSELHO FEDERAL

Artigos 51 a 55	643
COMENTÁRIOS	644
Conselho Federal	644
Composição	644
Sessões.....	644
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	645
Estrutura do Conselho Federal.....	645
JURISPRUDÊNCIA OAB	648
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	651

CAPÍTULO III – DO CONSELHO SECCIONAL

Artigo 56 a 59.....	655
COMENTÁRIOS	656
Conselho Seccional	656
Composição	656

Sessões	656
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	656
Estrutura do Conselho Seccional.....	657
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	658
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	659

CAPÍTULO IV – DA SUBSEÇÃO

Artigos 60 e 61	665
COMENTÁRIOS	665
Subseções	665
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	668
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	671

CAPÍTULO V – DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Artigo 62.....	673
COMENTÁRIOS	673
Caixa de Assistência dos Advogados	673
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	676
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	677

CAPÍTULO VI – DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS

Artigos 63 a 67	681
COMENTÁRIOS	682
Processo eleitoral nos Conselhos Seccionais e Subseções.....	682
Extinção do mandato	687
O processo eleitoral no Conselho Federal.....	688
<i>Impeachment</i> de Presidente da OAB	690
O Conselheiro do CNJ e os cinco anos de exercício da advocacia	693
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	697
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	702

TÍTULO III – DO PROCESSO NA OAB

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigos 68 e 69	707
COMENTÁRIOS	707
Procedimentos gerais.....	707
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	708
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	713

CAPÍTULO II – DO PROCESSO DISCIPLINAR

Artigos 70 a 74	715
COMENTÁRIOS	716
Princípios que regem o processo disciplinar	716
Competências	716
Procedimentos na instrução.....	718
Revisão do processo disciplinar	722
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	722
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	731

CAPÍTULO III – DOS RECURSOS

Artigos 75 a 77	735
COMENTÁRIOS	735
Recursos	735
Duplo grau de jurisdição – recurso de ofício.....	736
Legitimação	736
Requisitos de admissibilidade.....	736
Juízo de admissibilidade	737
Efeitos	737
Prazo recursal.....	737
Impedimentos	737
Litigância de má fé	737
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	738
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	747

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigos 78 e 79	751
COMENTÁRIOS	751
Regulamento	751
Servidores da OAB.....	752
Conferências de Advogados.....	752
Colégio de Presidentes.....	753
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	753
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	754
Artigos 81 a 87	757
COMENTÁRIOS	757
JURISPRUDÊNCIA OAB.....	758
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	760
REFERÊNCIAS.....	765

ANEXOS

ANEXO A – Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Oab.....	771
ANEXO B – Novo Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução n. 02/2015).....	799
ANEXO C – Lei nº 11.767, de 7 de agosto de 2008.....	811